AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM CAMPINA GRANDE/PB (1971 a 1996): OS DESDOBRAMENTOS NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

A Educação Especial no Brasil constituiu-se, tradicionalmente, como uma modalidade de ensino oferecido às pessoas com deficiência no lugar do ensino comum (MEC/SEESP, 2008). Desde o Brasil Império até a década de 1940, poucas são as ações nessa área relatadas por historiadores da educação especial, sendo que em sua maioria assumidas por instituições particulares de cunho filantrópico (JANNUZZI, 2004; BUENO, 2004; MAZZOTTA, 2005). Embora em âmbito internacional, desde o pós segunda guerra mundial, a Educação Especial tenha sido objeto de estudos e de ensaios de implementação, somente a partir dos anos de 1970é queganha evidência no Brasil, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão federal que passou a implantar, praticamente pela primeira vez, ações educacionais para as pessoas com deficiências. Com vistas à reconstituição da história da educação de surdos em Campina Grande-PB, identificamos poucos registros, o que nos instigou a desenvolver uma pesquisa com o objetivo de investigar os percursos históricos dessa, no período de 1971 a 1996, espaço compreendido entre a reforma do ensino de 1º e 2º graus(Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971) e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394. de 20 de dezembro de 1996). Neste artigo, apresentaremos parte dos resultados da pesquisa, mais especificamente os desdobramentos das políticas públicas nessa cidade, no que respeita a criação de instituições para o atendimento de pessoas surdas. A pesquisa adotou dois métodos para seu desenvolvimento: o documental e o narrativo.O de cunho documental (BACELLAR, 2015)levantou documentos legais municipais, referentes à educação especial e à educação de surdos, e documentos das instituições. O de cunho narrativo, buscou relatos orais a partir de entrevistas temáticas (ALBERTI, 2004) com profissionais que trabalharam em instituições de educação de surdos no período investigado. Como apresentado em artigo anterior (GIANINI; LIMA, 2017), identificamos que a política nacional para a educação especial, estabelecida a partir da Lei nº 5692/1971, repercutiu tanto na Paraíba como em Campina Grande, semelhantemente ao que ocorreu em vários outros estados da união. No nível estadual, foi criada, na Secretaria do Estado da Educação, a Coordenadoria de Educação Especial (CODESP), que passa a implantar algumas ações no estado. Em Campina Grande, como desdobramentos dessa política, foram criadas duas instituições particulares e filantrópicas para o atendimento de pessoas excepcionais, como tratadas naquele momento, e uma escola estadual especial para surdos. Como resultado dessa pesquisa, apresentaremos а história instituições, analisando-ascomo produto das relações econômicas e sociais do contexto local e temporal abrangido pelo estudo. Apontamos como principal consideração, a ausência histórica do Estado na área de Educação Especial, sendo esseespaco ocupado, em Campina Grande, por instituições filantrópicas. a exceção da escola estadual para a educação de surdos, que teve seu caráter público forjado pela sua criação por uma universidade pública federal.